

CAPITAL SOCIAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA: fundamentos interdisciplinares da inovação educacional e da cooperação solidária

Liziany Muller - aristeiamarianekayserkayser@gmail.com

Marco Aurélio da Silva - marcoaurelio22000@gmail.com

* Submissão em: 31/12/2025 | Aceito em: 06/06/2026

RESUMO

O presente artigo analisa o papel do capital social na promoção da inovação educacional e da emancipação humana a partir de uma perspectiva interdisciplinar que articula educação, filosofia social e extensão rural. Fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos como Freire (2018; 2022), Gadotti (2023), Morin (2021), Boaventura de Sousa Santos (2023), Putnam (2020), Honneth (2020) e Tonet (2022), propondo uma leitura crítica sobre as potencialidades e desafios das práticas cooperativas e da gestão democrática na constituição de sujeitos coletivos e instituições socialmente inovadoras. A análise argumenta que o capital social, quando orientado por princípios éticos, solidários e emancipatórios, torna-se mediador entre a aprendizagem crítica, a coesão comunitária e a transformação social, articulando escola, território e cidadania.

Palavras-chave: Capital social. Educação cooperativa. Inovação educacional. Extensão rural. Emancipação humana.

SOCIAL CAPITAL AND HUMAN EMANCIPATION: Interdisciplinary foundations of educational innovation and solidarity cooperation

ABSTRACT

This paper analyzes the role of social capital in promoting educational innovation and human emancipation from an interdisciplinary perspective that integrates education, social philosophy, and rural extension. Based on authors such as Freire (2018; 2022), Gadotti (2023), Morin (2021), Boaventura de Sousa Santos (2023), Putnam (2020), Honneth (2020), and Tonet (2022), the study critically discusses the potential and challenges of cooperative practices and democratic management in the construction of collective subjects and socially innovative institutions. It argues that social capital, when guided by ethical, solidary, and emancipatory principles, becomes a mediator between critical learning, community cohesion, and social transformation, linking school, territory, and citizenship.

Keywords: Social capital. Cooperative education. Educational innovation. Rural extension. Human emancipation.

1. Introdução

A crise contemporânea das instituições educativas e das formas tradicionais de socialização evidencia a necessidade de repensar os fundamentos da prática pedagógica e do desenvolvimento social à luz de uma epistemologia crítica e solidária. No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais e por uma crescente fragmentação das experiências coletivas, o capital social emerge como categoria analítica e prática estratégica para compreender os vínculos de cooperação, confiança e reciprocidade que sustentam os processos de inovação educacional e emancipação humana (Putnam, 2020; Santos, 2023).

A partir da perspectiva interdisciplinar, o presente artigo busca compreender de que maneira o capital social, construído em contextos educativos democráticos e cooperativos, contribui para a formação de sujeitos críticos e para a consolidação de instituições inovadoras, articulando as dimensões pedagógica, social e filosófica da experiência humana.

A discussão fundamenta-se na concepção freiriana de educação como prática da liberdade (Freire, 2018), na pedagogia cooperativa enquanto espaço de construção de vínculos solidários e democráticos (Gadotti, 2023) e na abordagem de Boaventura de Sousa Santos (2023) sobre as ecologias de saberes e a justiça cognitiva. Com base nessas premissas, defende-se que o capital social não se reduz a um recurso instrumental ou funcional, mas constitui um potencial ético e relacional que media a aprendizagem significativa, a coesão comunitária e a inovação institucional.

Assim, a proposta teórica e metodológica aqui desenvolvida parte da integração entre educação cooperativa, gestão democrática e extensão rural como práticas sociais capazes de gerar novos modos de pensar e agir coletivamente, superando a dicotomia entre saber técnico e saber popular, entre conhecimento escolar e vida comunitária.

2. O capital social como categoria de mediação educativa e social

O conceito de capital social tem sido amplamente debatido nas ciências humanas desde os trabalhos de Bourdieu, Coleman e Putnam. Contudo, nas últimas décadas, novas interpretações ampliaram seu alcance, deslocando-o do campo econômico para o campo ético, relacional e pedagógico. Putnam (2020) reafirma que o capital social consiste na rede de vínculos, normas e valores de confiança e reciprocidade que favorecem a ação coletiva e a cooperação cívica. Entretanto, quando essa categoria é articulada à educação, adquire uma dimensão emancipatória: o fortalecimento

das redes de solidariedade e pertencimento amplia o poder dos sujeitos em contextos educativos e territoriais (Honneth, 2020).

Freire (2022) contribui decisivamente para essa leitura ao compreender a educação como um processo dialógico e relacional, no qual a interação entre sujeitos promove o reconhecimento mútuo e a conscientização crítica. O capital social, nesse sentido, traduz-se em energia simbólica e ética que sustenta o diálogo e a construção de comunidades de aprendizagem solidárias.

Gadotti (2023) complementa essa visão ao propor a noção de “capital educativo relacional”, segundo a qual o conhecimento só adquire sentido quando se realiza na intersubjetividade e no compromisso coletivo com o bem comum. A escola, nesse contexto, é mais que um espaço de transmissão: é um laboratório de cidadania cooperativa, capaz de transformar o vínculo pedagógico em vínculo social.

Do ponto de vista filosófico, Honneth (2020) e Tonet (2022) mostram que a ideia de reconhecimento social é inseparável da noção de capital social emancipador, pois o reconhecimento mútuo constitui a base da autonomia moral e política. Essa leitura dialoga com a crítica de Boaventura de Sousa Santos (2023) à monocultura do saber ocidental, que fragmenta os laços sociais e invisibiliza os saberes comunitários. Em oposição, o capital social cooperativo surge como princípio contra-hegemônico, articulando solidariedade, confiança e reciprocidade como fundamentos de uma racionalidade social mais justa e plural.

2.1. A pedagogia cooperativa e a gestão democrática na escola

A pedagogia cooperativa apresenta-se como uma estratégia educativa e política que resgata a dimensão comunitária da aprendizagem e a coloca a serviço da transformação social. Inspirada nas experiências de educação popular e nas concepções freirianas de diálogo e autonomia, ela propõe uma superação das práticas hierárquicas e tecnicistas que reduzem a escola a um aparelho de reprodução social.

Freire (2018) sustenta que a educação é um ato político e ético: ensinar é criar possibilidades para a produção ou construção do conhecimento em comunhão. Quando a escola se organiza de forma democrática, articulando docentes, discentes, famílias e comunidade, o capital social torna-se força produtiva e moral, alimentando processos de inovação pedagógica e de gestão participativa.

Nesse sentido, o papel das cooperativas escolares e das experiências de economia solidária na educação básica e técnica ganha relevância. Para Singer (2021) e Mance (2022), essas práticas

representam formas de reconfigurar o trabalho e o conhecimento em bases associativas, rompendo com a lógica competitiva e instrumental. A gestão democrática, quando alinhada a essa perspectiva, transforma a escola em um espaço de aprendizagem cidadã e corresponsável, no qual a autoridade pedagógica se legitima pelo diálogo e pela partilha de responsabilidades.

A inovação educacional, portanto, não decorre apenas da adoção de tecnologias ou de novas metodologias de ensino, mas da reconfiguração das relações humanas no interior das instituições escolares. Morin (2021) afirma que a complexidade do mundo contemporâneo exige uma educação capaz de religar saberes e reencantar o tecido humano da escola, favorecendo a cooperação como paradigma ético e cognitivo.

2.2. Extensão, território e emancipação: a perspectiva interdisciplinar

A extensão rural e as práticas de desenvolvimento territorial solidário constituem espaços privilegiados para compreender a dimensão social e política do capital social. Na tradição latino-americana, a extensão não se limita à difusão técnica, mas implica um processo dialógico de construção compartilhada do conhecimento (Gadotti, 2023; Santos, 2023).

Nesse contexto, o território é compreendido como espaço educativo ampliado, onde se produzem saberes, vínculos e práticas de solidariedade. A escola, ao se articular com o território, assume papel mediador entre as redes comunitárias e as políticas públicas, promovendo o que Morin (2021) chama de ecologia das interdependências humanas.

Assim, o capital social é o elemento que conecta a aprendizagem cooperativa e a ação comunitária, possibilitando o surgimento de novas formas de inovação social. Quando enraizado em valores éticos e democráticos, ele permite que os sujeitos — estudantes, professores, agricultores, gestores — se reconheçam como coprodutores de conhecimento e transformação social.

A perspectiva interdisciplinar, portanto, não é apenas metodológica, mas ontológica: ela reconhece que o ser humano só se realiza plenamente na relação com o outro e com o mundo. A educação, nesse sentido, é um processo de reciprocidade ampliada, no qual a cooperação se torna fundamento de toda prática emancipatória.

2.3 O capital social e a inovação educacional

O conceito de inovação educacional tem sido frequentemente associado a tecnologias, metodologias ativas ou novos modelos de gestão escolar. Todavia, uma leitura crítica, sustentada por Morin (2021) e Gadotti (2023), permite compreender que a verdadeira inovação reside na qualidade das relações sociais e pedagógicas que se estabelecem no interior das instituições educativas.

Nesse sentido, o capital social atua como um princípio estruturante: quanto mais densas e éticas forem as redes de confiança, reciprocidade e solidariedade, maior será a capacidade de uma comunidade escolar produzir inovação de forma sustentável.

Freire (2022) já advertia que não há transformação educativa sem diálogo e sem consciência crítica, pois a prática libertadora exige uma base de confiança mútua. Essa confiança é o núcleo ético do capital social e o que possibilita que a escola se constitua como espaço de criação coletiva de saberes. A experiência cooperativa, quando integrada ao currículo e à gestão escolar, permite o exercício de autonomia e corresponsabilidade, transformando o ato educativo em um ato político e emancipador.

Assim, a inovação não é apenas técnica, mas relacional e cultural: ocorre quando o coletivo escolar se reconhece como comunidade de aprendizagem capaz de gerar soluções próprias para seus desafios. Putnam (2020) reforça que sociedades com elevados níveis de capital social possuem maior engajamento cívico e melhor desempenho institucional. Aplicado à educação, esse princípio revela que escolas e universidades com forte capital social interno tendem a ser mais inovadoras, democráticas e resilientes às crises.

3. A função pública da aprendizagem e a coesão comunitária

A função pública da aprendizagem, quando compreendida a partir de uma perspectiva social, solidária e democrática, transcende a ideia de instrução formal e adquire um sentido profundamente político e comunitário. Ela se manifesta como um processo de produção social do conhecimento orientado pela busca do bem comum e pelo fortalecimento dos vínculos que sustentam a vida coletiva. Nessa acepção, aprender não é apenas um ato individual de aquisição de saberes, mas uma prática social de reconhecimento mútuo, pertencimento e construção de coesão comunitária.

No âmbito da escola, essa função pública da aprendizagem se realiza quando o ato educativo assume a tarefa de reconstruir o tecido social, rompido pelas lógicas de competição e fragmentação próprias do neoliberalismo. A aprendizagem passa a ser, então, um instrumento de reconstrução do capital social, entendido como a rede de relações de confiança, solidariedade e reciprocidade que

viabiliza a ação coletiva. Ao promover práticas pedagógicas cooperativas, a escola torna-se espaço de socialização de valores comunitários, de ampliação da empatia e de formação cidadã orientada pelo interesse público.

Nesse sentido, a aprendizagem cooperativa assume um papel ético e político essencial: fortalecer os laços de pertencimento e de corresponsabilidade entre os sujeitos. A coesão comunitária não se reduz à convivência harmônica, mas traduz-se na capacidade de produzir consensos democráticos, reconhecendo as diferenças e enfrentando as desigualdades. É nesse ponto que o campo da educação se aproxima do horizonte das epistemologias do Sul, conforme defende Boaventura de Sousa Santos (2023) em *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*.

Segundo Boaventura, o projeto moderno-ocidental de conhecimento instituiu um “império cognitivo”, isto é, um sistema global de dominação que hierarquizou saberes, deslegitimando as formas de conhecimento não europeias, populares, indígenas, camponesas e comunitárias. Essa dominação epistemológica está na base das desigualdades sociais e das crises civilizatórias contemporâneas, pois impõe um modelo de racionalidade que nega o pluralismo cultural e o diálogo entre modos diversos de conhecer o mundo. A educação, como instituição moderna, foi um dos instrumentos privilegiados dessa hegemonia, reproduzindo o epistemicídio — a destruição ou silenciamento dos saberes outros.

A partir dessa crítica, Boaventura propõe a afirmação das epistemologias do Sul como movimento ético e político de resistência ao monopólio do saber ocidental. Essas epistemologias partem do reconhecimento de que não há conhecimento universalmente neutro, mas saberes situados, enraizados nas experiências concretas das populações subalternizadas. Para o autor, recuperar essas formas de saber é condição para reconstruir a democracia e promover justiça cognitiva, social e ambiental.

Aplicadas ao campo da aprendizagem pública e comunitária, as epistemologias do Sul permitem repolitizar o ato de aprender, deslocando o foco da aprendizagem individual para a aprendizagem solidária e intercultural. A função pública da aprendizagem, nesse marco teórico, é garantir que o conhecimento produzido na escola sirva não à reprodução do capital, mas à emancipação dos sujeitos e à valorização das experiências sociais silenciadas.

Sob essa perspectiva, a escola deve ser compreendida como território de tradução intercultural, no qual os saberes científicos e técnicos dialogam com os saberes populares, ecológicos, históricos e comunitários. Esse encontro não significa mera soma de conhecimentos, mas um processo de tradução recíproca, em que cada forma de saber é reconhecida em sua dignidade epistêmica e em

sua capacidade de contribuir para a vida coletiva. Como enfatiza Boaventura, “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”, e a educação pública tem papel decisivo na construção dessa justiça, pois é nela que se formam as disposições éticas e cognitivas da cidadania.

No campo da educação cooperativa, essa leitura implica compreender que o conhecimento produzido pelos estudantes e comunidades escolares não é inferior ou “alternativo”, mas constituinte de novas racionalidades educativas. As práticas de economia solidária, agroecologia escolar, cooperativismo estudantil e pedagogia participativa configuram exemplos concretos de epistemologias do Sul em ação, pois articulam trabalho, solidariedade e conhecimento de forma emancipatória. Nesses espaços, a aprendizagem deixa de ser mero acúmulo de informações e torna-se ato de resistência ao epistemicídio, ao afirmar o valor do saber vivido, do trabalho manual e das práticas de convivência solidária.

Do ponto de vista analítico, a contribuição de Boaventura de Sousa Santos ilumina as contradições que atravessam a função pública da aprendizagem. Se, por um lado, a escola pública é o principal instrumento de democratização do acesso ao conhecimento, por outro, ela ainda opera sob a lógica de um sistema cognitivo eurocentrado, que marginaliza o conhecimento produzido fora dos cânones científicos. Assim, o desafio não é apenas ampliar o acesso à escola, mas transformar o paradigma cognitivo que orienta a aprendizagem, deslocando-o do modelo tecnocrático e meritocrático para um modelo dialógico, ético e plural.

A função pública da aprendizagem, reinterpretada à luz das epistemologias do Sul, deve, portanto, assumir uma dimensão decolonial: questionar as formas de poder e saber que sustentam as desigualdades e construir uma pedagogia que reconheça os sujeitos e suas histórias como fontes legítimas de conhecimento. Isso significa revalorizar a comunidade como instância educativa, ampliar a noção de cidadania cognitiva e promover práticas de tradução solidária entre mundos de vida distintos.

Em síntese, as reflexões de Boaventura de Sousa Santos nos permitem compreender que a aprendizagem, enquanto função pública, só cumpre plenamente seu papel quando se converte em instrumento de justiça cognitiva e emancipação social. A coesão comunitária, nesse contexto, não é o simples resultado da convivência, mas a expressão de uma solidariedade epistêmica: a construção coletiva de um saber comprometido com a dignidade humana, a diversidade cultural e a sustentabilidade da vida. Assim, educar, aprender e cooperar passam a constituir dimensões inseparáveis de um mesmo projeto civilizatório alternativo ao império cognitivo moderno — um

projeto fundado nas epistemologias do Sul e na esperança ativa de uma nova racionalidade social e educativa.

3.1. Desafios epistemológicos e políticos da educação cooperativa

A educação cooperativa, ao se estruturar como prática social de formação humana e construção coletiva do conhecimento, enfrenta um conjunto de desafios epistemológicos e políticos que emergem das tensões entre as racionalidades que orientam o sistema capitalista e as perspectivas emancipatórias que ela busca promover. No âmbito epistemológico, o principal desafio está em romper com o paradigma positivista e instrumental que ainda predomina nos espaços escolares, e que tende a reduzir a aprendizagem a processos de transmissão de conteúdos ou de adaptação funcional às exigências do mercado de trabalho.

A lógica cooperativa, por sua natureza, propõe um deslocamento radical dessa matriz. Ela reivindica uma epistemologia relacional e solidária, em que o saber não é propriedade individual, mas um produto coletivo das experiências sociais, culturais e econômicas de um território. Essa visão dialoga com a concepção freiriana de educação como prática da liberdade, na medida em que a construção do conhecimento emerge da interação entre sujeitos e do reconhecimento da historicidade dos saberes. Assim, a cooperativa escolar, como espaço de aprendizagem, desafia o monopólio do saber técnico e científico, afirmando outras racionalidades, baseadas na partilha, na reciprocidade e na práxis.

Contudo, a institucionalização dessas experiências dentro de um sistema educacional ainda fortemente burocratizado e hierarquizado representa um obstáculo significativo. O desafio político da educação cooperativa reside, portanto, na disputa por sentido dentro da escola pública e na necessidade de transformar as relações de poder que estruturam a gestão e o currículo. Trata-se de reconfigurar a escola como espaço público democrático, em que a dimensão produtiva da cooperativa não se converta em mero instrumento de adaptação neoliberal, mas em campo de resistência e de formação cidadã.

Nesse contexto, a articulação entre capital social, inovação educativa e gestão democrática torna-se essencial para sustentar o projeto de uma educação que vise à emancipação humana. O capital social construído pelas cooperativas escolares pode se converter em força transformadora, desde que orientado por princípios ético-políticos de solidariedade e justiça social, e não capturado pela lógica utilitarista da competitividade e do empreendedorismo individual.

Entretanto, como alerta Tonet (2022), essa disputa não se dá apenas no campo pedagógico, mas no terreno mais amplo da luta de classes e das formas de reprodução social do capital. Em Educação e emancipação humana: crítica à pedagogia do capital, Tonet denuncia que a educação contemporânea, mesmo quando revestida de discursos participativos ou inovadores, permanece, em grande medida, subordinada às exigências do capital. O autor argumenta que as políticas educacionais atuais tendem a reforçar uma formação voltada à adaptação dos sujeitos às necessidades do mercado, promovendo uma “pedagogia da conformação”, que naturaliza a desigualdade e a exploração sob o disfarce da meritocracia e da eficiência.

Sob essa ótica, a educação cooperativa corre o risco de ser cooptada pelo sistema, tornando-se um instrumento de ajuste social e econômico se não mantiver uma orientação crítica e transformadora. Tonet enfatiza que a emancipação humana não pode ser reduzida à inserção produtiva ou à participação social formal; ela exige a superação das condições estruturais que sustentam a alienação do trabalho, do conhecimento e da vida. A emancipação, portanto, não é apenas um objetivo pedagógico, mas um projeto ético-político de transformação social.

Essa leitura crítica de Tonet é fundamental para reconfigurar o sentido da educação cooperativa: se ela pretende ser emancipadora, deve constituir-se como prática contra-hegemônica, questionando o próprio modelo civilizatório capitalista e as formas de subjetivação que ele produz. Em vez de apenas ensinar a cooperar, é necessário educar para a consciência crítica da cooperação, isto é, para compreender que a solidariedade autêntica implica enfrentamento das estruturas que reproduzem a desigualdade.

Dessa forma, a educação cooperativa emancipadora, inspirada pela análise de Tonet, deve assumir uma postura epistemológica crítica, reconhecendo que todo conhecimento é produzido dentro de relações de poder e que o saber dominante tende a legitimar a ordem vigente. Nesse sentido valorizando assim o trabalho como categoria ontológica central, entendendo-o não apenas como atividade produtiva, mas como expressão da sociabilidade humana e possibilidade de autoformação. Dessa forma, recusando a neutralidade da escola, compreendendo-a como espaço político de disputa de sentidos, onde se decide se a educação servirá à manutenção da ordem ou à sua transformação. Consequentemente articulando às lutas sociais concretas, conectando o projeto pedagógico da cooperativa escolar às demandas da comunidade, dos movimentos sociais e das redes de economia solidária.

A leitura de Tonet desafia o campo da educação cooperativa a reconhecer seus limites e potencialidades no interior da sociedade capitalista. Se permanecer restrita à dimensão técnica ou

gerencial, ela corre o risco de reforçar a “pedagogia do capital”. Mas se assumir uma perspectiva histórica e dialética, que compreenda o conhecimento como prática social e a escola como território de emancipação, poderá contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir no mundo de modo solidário e transformador.

4. Considerações

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que o capital social, compreendido como tecido ético, relacional e político das interações humanas, constitui um fundamento interdisciplinar essencial para a inovação educacional e a emancipação humana. Mais do que um recurso de integração social, ele se revela como energia simbólica e transformadora, capaz de religar saberes, práticas e sujeitos em torno de um projeto coletivo de sociedade.

A partir da articulação entre as dimensões pedagógico-sociológica, sócio-filosófica e interdisciplinar, o trabalho demonstrou que a educação cooperativa é o espaço privilegiado de geração e fortalecimento do capital social. Ao promover redes de confiança, reciprocidade e solidariedade, a escola se torna agente ativo na reconstrução do tecido comunitário e na formação de sujeitos críticos e participativos. Essa rede de vínculos éticos e cognitivos ultrapassa o campo escolar e alcança o território, favorecendo o desenvolvimento humano integral e a inovação social.

Do ponto de vista filosófico, a leitura de Tonet (2022) revela que a emancipação humana exige a superação das formas de alienação impostas pela pedagogia do capital. A educação emancipatória, nesse sentido, não se reduz à adaptação funcional ou à inclusão mercadológica, mas implica a libertação dos sujeitos das estruturas que perpetuam a desigualdade. A pedagogia cooperativa, inspirada nessa crítica, deve afirmar-se como prática contra-hegemônica, produtora de consciência crítica e de solidariedade transformadora.

Em consonância, as reflexões de Santos (2023) reforçam que a aprendizagem pública e solidária só alcança sua função emancipadora quando incorpora o princípio das epistemologias do Sul. Isso implica romper com o império cognitivo que marginaliza os saberes populares e comunitários, reconhecendo a pluralidade das formas de conhecer e existir. Assim, a escola pública e a extensão educativa tornam-se territórios de tradução intercultural, onde a diversidade epistêmica se converte em condição da justiça social e cognitiva.

Na dimensão pedagógica, a contribuição de Freire (2018; 2022) e Moacir Gadotti (2023) reafirma que a aprendizagem significativa nasce do diálogo, do reconhecimento e da práxis. A

educação como prática da liberdade só se realiza plenamente quando sustentada por relações cooperativas e democráticas, nas quais o saber é construído coletivamente e orientado pelo bem comum. O capital social, nesse contexto, é simultaneamente causa e efeito dessa dinâmica: ele emerge das interações solidárias e, ao mesmo tempo, as reforça, alimentando um ciclo virtuoso de confiança, autonomia e transformação.

A interdisciplinaridade proposta neste artigo permite compreender que a inovação educacional não depende exclusivamente de novas metodologias ou tecnologias, mas da reconfiguração das relações humanas e cognitivas no interior da escola e da comunidade. O verdadeiro caráter inovador reside na capacidade de produzir sentido coletivo, coesão social e emancipação moral — dimensões que articulam o capital social à ética da corresponsabilidade e à justiça cognitiva.

Portanto, o fortalecimento do capital social por meio da pedagogia cooperativa, da gestão democrática e da extensão educativa constitui não apenas uma inovação institucional, mas uma revolução epistemológica e ética: a passagem da educação da lógica da adaptação para a lógica da emancipação.

Trata-se, enfim, de compreender a escola como espaço público de esperança ativa, onde educar é um ato de confiança no outro e de reinvenção solidária do mundo — um projeto que faz da cooperação não apenas um método, mas um horizonte civilizatório.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FORNARI, Daniel. *Capital social territorial e inovação comunitária: redes de solidariedade e desenvolvimento local*. Porto Alegre: Edipucrs, 2024.

GADOTTI, Moacir. *Educação e ética planetária: o legado freiriano na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2023.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

MANCE, Euclides André. *Economia solidária e o poder do cooperativismo: novas utopias sociais*. Curitiba: IFIBE, 2022.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. 12. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

TONET, Ivo. *Educação e emancipação humana: crítica à pedagogia do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.